



**Câmara dos Deputados**  
**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 836, DE 2003**

***Disciplina o funcionamento de bancos de dados e serviços de proteção ao crédito e congêneres e dá outras providências***

Autor: Deputado BERNARDO ARISTON

Relator: Deputado MAX ROSENMANN

**EMENDA ADITIVA**

Insira-se o seguinte § 6º ao artigo 7º:

*Art. 7º - (...)*

*(...)*

*§ 6º - O período previsto no § 1º não se aplica às informações referentes à decretação de falência, as quais poderão permanecer anotadas pelo prazo de que trata o art. 158 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.*

**JUSTIFICAÇÃO**

Quanto ao prazo de permanência de anotações nos bancos de dados, previsto no art. 7º, há que se excepcionar o período pertinente à manutenção da anotação de falência, a contar da decisão que a decretar.

A falência encontra-se disciplinada na Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, cujo artigo 158 assim dispõe:

*Art. 158 - Extingue as obrigações do falido:*

*I – o pagamento de todos os créditos;*

*II – o pagamento, depois de realizado todo o ativo, de mais de 50% (cinquenta por cento) dos créditos quirografários, sendo facultado ao falido o depósito da quantia necessária para atingir essa porcentagem se para tanto não bastou a integral liquidação do ativo;*

*III – o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado do encerramento da falência, se o falido não tiver sido condenado por prática de crime previsto nesta Lei;*

*IV – o decurso do prazo de 10 (dez) anos, contado do encerramento da falência, se o falido tiver sido condenado por prática de crime previsto nesta Lei.*



BE7AD0E055



**Câmara dos Deputados**  
**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

É sabido que, desde a decretação da falência até a sua extinção, bem como das respectivas obrigações do falido, os atos que envolvam a transferência de patrimônio da pessoa jurídica, cuja quebra for decretada, sujeitam-se à prévia aprovação judicial, podendo, até mesmo, ser anulados caso prescindam da referida concordância. É inegável, portanto, que esta situação, se desconhecida de uma das partes, pode lhe causar prejuízos de difícil reparação, haja vista o procedimento ao qual deverá se submeter o credor para pleitear, judicialmente, eventual ressarcimento.

Da disposição contida no artigo 158 da Lei nº 11.101/2005, extrai-se que os nocivos efeitos da falência, conforme acima mencionado, podem perdurar por período superior a cinco anos, motivo pelo qual, considerada a relevância da respectiva informação, esta situação deve estar disponível para consulta pelos eventuais interessados em conceder crédito ou realizar negócios com tais empresas, a fim de que conheçam a sua real capacidade patrimonial.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2006.

**Deputado CARLOS SAMPAIO**



BE7AD0E055